



EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 05 Agosto-Setembro | 2023

Índice

03	MP promove curso de aperfeiçoamento em educação
04	MP apresenta projeto de educação inclusiva na Secretaria Estadual de Educação
05	Projeto 'Educação é da Nossa Conta' inicia edição itinerante em Alagoinhas
06	Inspeção do programa 'Saúde + Educação' fiscaliza 18 escolas e postos de saúde em Salvador e seis cidades do interior
07	MPBA e MPF inspecionam colégios estaduais no bairro de Plataforma em Salvador
08	Audiência pública debate implementação de lei sobre primeiros socorros nas escolas
09	MP recomenda ao Município de Brejões que garanta continuidade do transporte escolar
10	Programa Escola em tempo Integral
11	Atricon, IRB, CNMP e MP-AL assinam acordo para ampliar o acesso ao saneamento básico nas escolas públicas
12	Leis e decisões
13	Ações de suporte jurídico e pedagógico

MP promove curso de aperfeiçoamento em educação

Programação é aberta com palestra do jornalista Antônio Correia de Melo Goes sobre os avanços e retrocessos da educação no Brasil

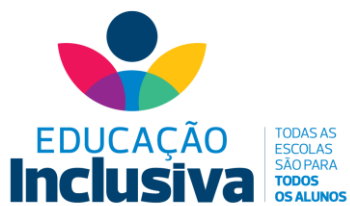


O Ministério Público estadual iniciou na manhã do dia 30 de outubro, um curso de aperfeiçoamento em educação com a participação de promotores de Justiça e servidores da Instituição. A programação foi aberta com a palestra ‘Educação no Brasil: avanços e retrocessos’, que foi ministrada pelo jornalista e colunista do jornal O Globo, Antônio Correia de Melo Goes. “O MP está unido com os órgãos de segurança pública no combate aos índices de criminalidade que assolam nosso Estado. E para fortalecer a segurança pública, o melhor caminho é trabalhar a educação de qualidade para todos, além de fortalecer a atuação dos promotores de Justiça que atuam na área de educação”, destacou a procuradora -geral de Justiça Norma Cavalcanti. Ela dividiu a mesa de abertura com os promotores de Justiça Pedro Maia, chefe de gabinete; Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc); e Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf).

O promotor de Justiça Adalvo Dourado ressaltou a importância do curso e reafirmou o compromisso do MP em atuar em parceria com órgãos como a UNCME Bahia e a Secretaria Estadual de Educação. “Um dos pilares desse treinamento foi trabalhar com a inclusão dos nossos parceiros, pois acreditamos na educação de qualidade e inclusiva para todos”. A programação incluiu também uma apresentação da proposta do curso, feita pelo analista técnico de pedagogia do MP, José Sérgio Gomes; e uma apresentação do módulo do curso, realizada pela professora e doutora em educação, Cláudia Paranhos.

Fonte: Imprensa MPBA [Leia na íntegra](#)





MP apresenta projeto de educação inclusiva na Secretaria Estadual de Educação

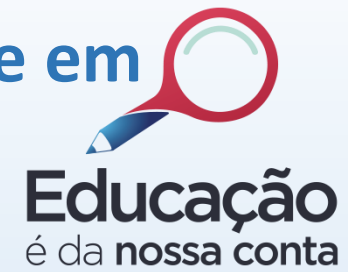


A importância de capacitar equipes multidisciplinares de inclusão nos municípios e promover nas escolas das redes de ensino públicas e privadas a execução e acompanhamento das ferramentas pedagógicas para o aprimoramento da educação inclusiva no estado foram discutidos na tarde do dia 29 de setembro, durante a apresentação do projeto estratégico do Ministério Público estadual 'Educação Inclusiva', na sede da Secretaria Estadual de Educação (SEC), no CAB. Participaram do encontro os promotores de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc); Adriano Marques, gerente do 'Projeto Educação Inclusiva'; a secretária de Educação, Adélia Pinheiro; a coordenadora do Núcleo de Controle de Atos Administrativos (NCAA) da SEC, Marcela Moura; e a superintendente de Políticas para a Educação Básica (Suped), Rosilene Cavalcante.

Na ocasião também foi apresentado o protótipo do aplicativo desenvolvido pelo MP em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), que facilitará a aplicação do projeto, bem como a execução de práticas de educação inclusiva efetivas em todos os níveis de educação.

Fonte: Imprensa MPBA ([Leia na íntegra](#))

Projeto 'Educação é da Nossa Conta' inicia edição itinerante em Alagoinhas



O Ministério Público estadual participou no dia 6 de outubro da primeira edição itinerante do projeto 'Educação é da Nossa Conta – Na Estrada', realizada no município de Alagoinhas. Com o propósito de dialogar com as instituições públicas e construir soluções possíveis para problemas históricos na área de educação, o evento contou na abertura com um público formado por cerca de 300 professores, lideranças políticas, gestores e servidores públicos da região circunvizinha, lotando o auditório da Faculdade Regional da Bahia (Unirb).

O MP esteve na programação de minicursos, com a apresentação do projeto 'Educação Inclusiva – Todas as escolas são para todos os alunos'. A procuradora-geral de Justiça Adjunta para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci Caldas, esteve na abertura, representando a PGJ Norma Cavalcanti. O minicurso sobre o 'Educação Inclusiva' foi realizado pelo promotor de Justiça Adriano Marques, gerente do projeto, cujo objetivo é disseminar o direito de todos à educação e fomentar a efetividade da educação especial inclusiva das pessoas com deficiência, visando à garantia de acesso, participação, permanência e aprendizagem, promovendo a atenção integral em saúde e saúde mental desta população. Fonte: Imprensa MPBA([Leia na íntegra](#))





Inspeção do programa 'Saúde + Educação' fiscaliza 18 escolas e postos de saúde em Salvador e seis cidades do interior

Oito unidades de saúde e dez escolas municipais foram inspecionadas durante ação simultânea de fiscalização do programa 'Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio', que aconteceu no dia 22 de setembro, em Salvador, e nos Municípios de São Sebastião do Passé, Itaberaba, Jequié, Ilhéus, Simões Filho e Cruz das Almas.

Na escola estadual Jesus Cristo, a equipe verificou problemas de acessibilidade, que serão posteriormente discutidos com a Secretaria Estadual de Educação (SEC) para que sejam posteriormente solucionados. Na escola, os promotores de Justiça verificaram que não há diagnóstico acerca da situação de saúde dos 100 alunos com deficiência matriculados, sendo que apenas 11 possuem laudo médico.

Entre as dificuldades relatadas constam o fato de grande parte das famílias não terem acesso a profissionais capacitados para atendimento dos seus filhos, além da Secretaria Municipal de Educação não ofertar serviço para atendimento desses alunos em condição de vulnerabilidade social. Participaram da ação os promotores de Justiça Ricardo Menezes; Cláudia Barreto; Thaianna Rusciolelli; Carlos Robson; Rogério Queiroz; Valmiro Macedo; Adelina de Cássia Bastos; e Rosa Atanázio.

Em São Sebastião do Passé foram vistoriadas as escolas municipais Lindaura Monteiro Câmara e Professor Rômulo Galvão; Em Cruz das Almas, foram inspecionadas as escolas Comendador Temístocles, José Batista da Fonseca e Creche Padre Julião Edward Josef Claes, além das escolas José Simões de Carvalho, em Jequié; Professor Doutor Darcy Ribeiro, em Itaberaba; Colégio Estadual Reitor Miguel Calmon e escola Clarice Ferreira, em Simões Filho; e a Batista Memorial, em Ilhéus. Diante das inconsistências encontradas, o MP enviará as informações para as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação para execução das adequações necessárias.

Fonte: Imprensa MPBA ([Leia na íntegra](#))



MPBA e MPF inspecionam colégios estaduais no bairro de Plataforma em Salvador

O Ministério Público estadual e o Ministério Público Federal realizaram em conjunto, no dia 28 de setembro, visita técnica aos colégios estaduais Josias de Almeida Melo e Luís Rogério de Sousa, localizados no bairro de Plataforma, em Salvador.

Durante a inspeção, a promotora de Justiça Nidalva Brito e o procurador da República Leandro Bastos Nunes identificaram irregularidades na unidade de ensino Josias de Almeida Melo, como inexistência de aparelhos tecnológicos e pedagógicos, problemas de ordem estrutural, acessibilidade e educação inclusiva, além de carecer de reforma geral na estrutura elétrica. O colégio Luís Rogério de Sousa não apresentou irregularidades.

Em decorrência das irregularidades citadas, a promotora Nidalva Brito vai instaurar inquérito civil com o objetivo de que os problemas sejam sanados. O MP oficiará os órgãos competentes, como Corpo de Bombeiros e Secretaria de Educação do Estado, para pedir informações das providências a serem tomadas.

A visita foi uma ação do projeto “Ministério Público pela Educação”, do MPF. Na ocasião, a promotora e equipe de servidores apresentaram aos dirigentes das unidades o ‘Programa Saúde + Educação: Transformando o Milênio’, do MPBA, com distribuição de informativos que explicam o funcionamento e objetivo do programa. Também participaram da inspeção a assessora Camila Mamede Xará e o servidor do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), José Carlos Santana.

Fonte: Imprensa MPBA



Audiência pública debate implementação de lei sobre primeiros socorros nas escolas



O Ministério Público estadual promoveu, por meio da promotora de Justiça Nidalva Brito, audiência pública, no dia 4 de outubro, para discutir a implementação e a fiscalização da Lei nº 13722/18, conhecida como 'Lei Lucas', em Salvador, com ampliação para todo o estado. O médico e fundador do Instituto Brasileiro de Atendimento Pré-Hospitalar (Ibraph), Leonardo Clément, palestrou sobre o modelo difundido pelo instituto sobre a aplicabilidade da norma. Durante a palestra, ele informou como implementar a Lei e promover os cursos de capacitação e reciclagem de forma efetiva, apresentando vídeo ilustrativo acerca das técnicas de primeiros socorros. Clément também falou sobre a necessidade de formar agentes multiplicadores, visando a aplicabilidade da norma no Brasil, a partir dos cursos por ele ministrado.

A lei torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de recreação infantil, e homenageia Lucas Bigalli, que, em 2017, aos 10 anos, faleceu durante um passeio escolar após se engasgar com o alimento que ingeria.

MP recomenda ao Município de Brejões que garanta continuidade do transporte escolar



O Ministério Público estadual recomendou, no dia 28 de setembro, ao prefeito do Município de Brejões que adote medidas urgentes e prioritárias para solucionar os problemas do transporte escolar municipal, sobretudo na zona rural. No documento encaminhado ao prefeito e aos secretários de Educação, Infraestrutura e Finanças, a promotora de Justiça Jéssica Camille Goulart Tojal orienta que seja assegurada a continuidade do serviço, que, segundo informações apresentadas ao MP, tem sido interrompido por conta de atrasos no pagamento que deve ser feito aos proprietários e motoristas dos veículos escolares.

A promotora de Justiça recomenda ainda que o Município observe a questão da segurança do serviço prestado, pois existem notícias de que o atraso de pagamento tem ocasionado a falta de condições de manutenção dos veículos.

Fonte: Imprensa MPBA [Leia na íntegra](#)

Programa Escola em tempo Integral

Com o intuito de viabilizar o alcance da meta 6 do PNE 2014-2024, o Ministério da Educação – MEC iniciou o Programa Escola em tempo integral que tem a finalidade de estimular a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, considerando os estudantes em maior situação de vulnerabilidade social, na perspectiva da educação integral e alinhada à BNCC.

Segundo o MEC o percentual de matrículas em tempo integral na rede pública brasileira caiu de 17,6% em 2014 para 15,1% em 2021.

Portanto, é necessário oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

→ Acesse a cartilha [aqui](#)

Fonte dos dados: MEC

Percentual de matrículas em tempo integral na rede pública brasileira por região



Na análise da série histórica de 2014-2021, observa-se o aumento da desigualdade regional e entre estados. Não houve alteração entre o percentual de escolas localizadas em áreas urbanas (15,7%) e rurais (11,2%) nesse período, entretanto, também é notada uma disparidade entre as localidades. Nordeste (18,4%) - Sudeste (16,7%) - Sul (13,5%) - Centro-Oeste (10,8%) - Norte (6,7%)

*Fonte: Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas PNE (Plano Nacional de Educação), Inep/2022.

Atricon, IRB, CNMP e MP-AL assinam acordo para ampliar o acesso ao saneamento básico nas escolas públicas



Com o objetivo de ampliar o acesso ao saneamento básico nas escolas públicas, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Ministério Público do Estado de Alagoas (MP-AL) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) assinaram um acordo de cooperação técnica (ACT), na manhã do dia 24 de outubro. O documento foi firmado durante cerimônia realizada na sede do CNMP, em Brasília.

Entre os objetivos do ACT estão a criação de uma estrutura de para o desenvolvimento e a ampliação das ações no âmbito do “Projeto Sede de Aprender” em nível nacional e a elaboração do Pacto Nacional pelo Saneamento nas Escolas.

Na cerimônia de assinatura do documento, a Atricon foi representada pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF), Renato Rainha. “Esse projeto é um importante instrumento para induzir e viabilizar ações para garantir o acesso à água para milhares de jovens e crianças nas escolas públicas”, ressaltou.

O projeto Sede de Aprender foi idealizado pelo Ministério Público de Alagoas após o Censo Escolar de 2021 apontar que mais de 8 mil escolas brasileiras ainda não possuíam acesso à água potável. Em 2022, um convênio entre a Atricon, o Instituto Rui Barbosa e o Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas, com o apoio do TCE alagoano, tornou o projeto nacional, permitindo aos Estados participantes o compartilhamento de base de dados e informações.

Fonte: atrimon.org.br [Leia na íntegra](#)

LEI Nº 14.679 DE 18/09/2023

Altera a Lei Nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei Nº 8080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, para incluir a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes entre os fundamentos da formação dos profissionais da educação e para incluir a proteção integral dos direitos humanos e a atenção à identificação de maus-tratos, de negligência e de violência sexual contra crianças e adolescentes entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). [LEIA NA ÍNTEGRA](#)

LEI Nº 14.681 DE 18/09/ 2023

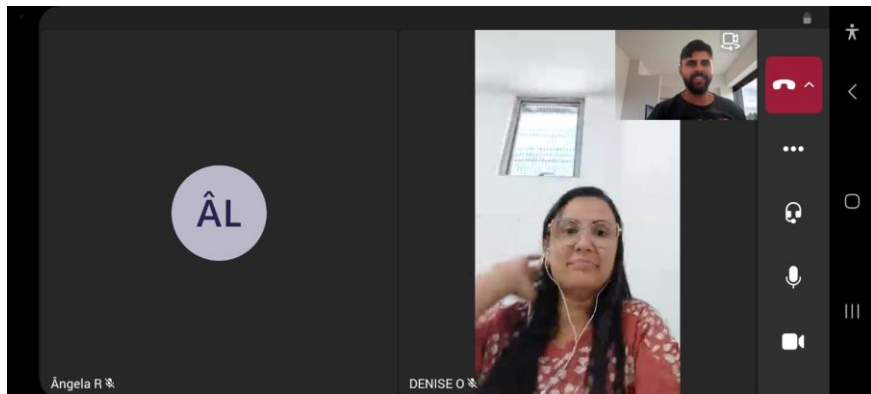
Institui a Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. [LEIA NA ÍNTEGRA](#)

STF mantém inconstitucionalidade de lei de SC que autorizava ensino domiciliar

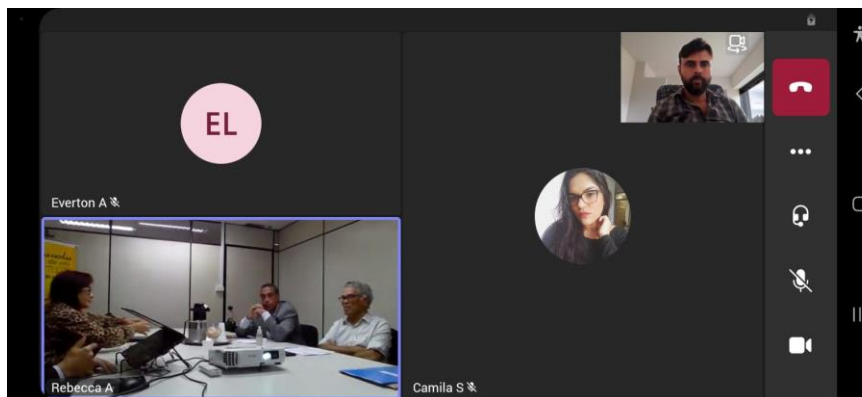
Ministro Alexandre de Moraes destacou que o Supremo já decidiu que o homeschooling não foi regulamentado pelo Congresso Nacional. [LEIA NA ÍNTEGRA](#)

Ações de suporte jurídico e pedagógico

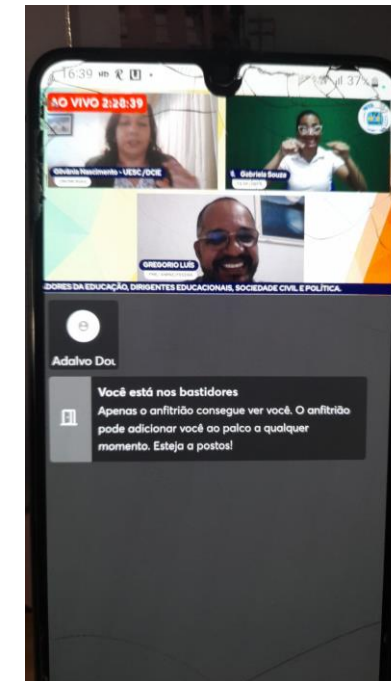
Nos meses de setembro e outubro houve 18 reuniões orientativas



Reunião – Atendimento pedagógico – Cati Juazeiro



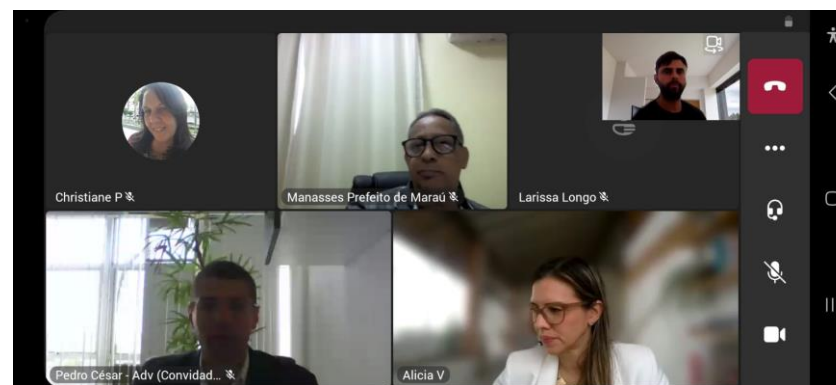
Reunião – Suporte técnico-pedagógico: reunião PJs de Educação e CEE. Tema: funções do CEE



Conferência Estadual de educação - COEED



Reunião –Atendimento pedagógico – PJ Cruz das Almas



Reunião com a Promotora Alícia e sistema de ensino (Maraú) - greve de professores

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
José Carlos Santana de Oliveira
José Sergio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Rafael Augusto Mansur Góes

Organização e Produção do Boletim
Patricia Souza Gomes Alves de Oliveira
José Sérgio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos

 Ceduc@mpba.mp.br
 3103-0385
 3103-0387
 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

